

Marga Klompé: cientista, política e defensora dos mais desfavorecidos (1912-1986)



Marga Klompé foi uma cientista e professora que desempenhou um papel ativo na resistência holandesa durante a Segunda Guerra Mundial. Tornou-se membro do Parlamento dos Países Baixos em 1948 e participou nas negociações da Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas.

Em 1952, é a primeira mulher a fazer parte da Assembleia Comum da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, precursora do Parlamento Europeu, tendo contribuído para os trabalhos que conduziram aos Tratados de Roma. Em 1956, foi a primeira mulher a ocupar um cargo ministerial no Governo neerlandês, devendo-se-lhe a primeira lei do país sobre a proteção social universal.

Primeiros anos

Margaretha Albertina Maria (Marga) Klompé nasce a 16 de agosto de 1912 em Arnhem, nos Países Baixos. É a segunda de cinco filhos de Johannes Klompé, proprietário de uma papelaria, e Ursula Verdang, uma imigrante alemã da primeira geração.

Quando o pai adoece e perde o seu negócio na década de trinta, a família fica numa situação económica muito difícil. Esta experiência da pobreza em primeira mão tem um impacto profundo em Marga, que se torna uma defensora dos marginalizados e dos desfavorecidos.

Marga é uma estudante brilhante. Em 1929 entra para a Universidade de Utreque, onde conclui o mestrado em 1937. Entre 1932 e 1949 ensina química e física na Escola Mater Dei High para raparigas, em Nimega, e, em 1941, obtém o doutoramento em matemática e física. No ano seguinte, inicia estudos de medicina, mas a Segunda Guerra Mundial impede-a de terminar o curso. Marga junta-se à resistência holandesa, tornando-se uma das suas dirigentes e criando uma vasta rede de mulheres voluntárias.

Abrir caminho para as mulheres na política

Quando a guerra acaba, Marga Klompé lança-se na vida política, um papel pouco comum para as mulheres na altura. Enquanto membro do Partido Popular Católico presta juramento na câmara baixa do Parlamento dos Países Baixos, a Câmara dos Representantes, em agosto de 1948. É membro da delegação neerlandesa junto das Nações Unidas, onde faz parte da Terceira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que trata de questões relacionadas com direitos humanos e questões humanitárias, e participa na negociação da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Marga Klompé é a primeira mulher membro da Assembleia Comum da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, precursora do atual Parlamento Europeu, cuja primeira sessão se realiza em 1952. Antes das primeiras eleições diretas em 1979, os membros são delegados dos respetivos parlamentos nacionais. Em 1955, é nomeada para um grupo de trabalho criado pela Assembleia que se consagra à melhoria da implantação da

Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e ao alargamento das suas competências, bem como à criação de um mercado único que não se limite ao setor do carvão e do aço.

Em 1956, Marga Klompé deixa a assembleia para integrar o governo de coligação de centro-esquerda dos Países Baixos, chefiado pelo primeiro-ministro Willem Drees, tornando-se assim a primeira mulher a assumir o cargo de ministra nos Países Baixos. Na qualidade de ministra da ação social, uma das suas principais realizações foi a lei sobre a proteção social universal, que substituiu a antiga lei da assistência aos pobres. Com a entrada em vigor desta lei em 1965, a proteção social passou a ser um direito de todos. O seu objetivo era afastar-se de uma perspetiva assistencialista e reforçar a prestação da proteção social pelo Estado.

O legado de Marga Klompé inclui ainda uma lei relativa aos lares de terceira idade, destinada a abordar a questão do envelhecimento da sociedade neerlandesa, e uma lei de apoio às pessoas com um estilo de vida nómada. Entre 1966 e 1971, ocupa a pasta da cultura, das atividades recreativas e da ação social no governo do primeiro ministro Piet de Jong. Em 1971, recebe o título de Ministro de Estado, uma honra concedida nos Países Baixos a altos responsáveis políticos de grande mérito em final de carreira.

Após deixar a vida política, Marga Klompé continua a defender a justiça e a responsabilidade social a nível internacional, assumindo uma posição particularmente crítica em relação ao regime de apartheid na África do Sul. Católica convicta, é nomeada pelo Papa Paulo VI presidente da Comissão Nacional dos Países Baixos para a Justiça e a Paz, sendo uma das fundadoras da união das jovens universitárias católicas e do serviço de voluntariado das mulheres católicas.

Marga Klompé é respeitada e admirada como mulher de grande fé, humanidade e fortes convicções pessoais. A elevada estima dos seus compatriotas reflete-se na atribuição do seu nome a muitas ruas, escolas e estabelecimentos de saúde nos Países Baixos. Marga Klompé morre a 28 de outubro de 1986, em Haia.